

ACCOUNTABILITY: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO E ANÁLISE DE REDES DOS ARTIGOS DAS DIVISÕES DE GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENANPAD

**ACCOUNTABILITY: PRODUCTION MAPPING AND NETWORK ANALYSIS OF ARTICLES OF
MANAGEMENT AND PUBLIC POLICIES DIVISION OF ENANPAD**

DOI: <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v9i3.510>

**André Luís Faria Duarte^a, Deborah Moraes Zouain^b, Mayara da Silva Santos^c
e Roberto Bazanini^d**

^a **André Luís Faria Duarte**

alduarte@cnen.gov.br

Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO

^b **Deborah Moraes Zouain**

deborahzouain@gmail.com

Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO

^c **Mayara da Silva Santos**

mayarasilvasts@uol.com.br

Universidade Paulista - UNIP

^d **Roberto Bazanini**

robertobazanini@gmail.com

Universidade Paulista - UNIP

Data de envio do artigo: 06 de novembro de 2017.

Data de aceite: 31 de outubro de 2018.

Palavras-chave:

Accountability; EnANPAD; Análise de redes; Políticas públicas; Gestão pública.

Resumo O objetivo do artigo está em realizar um mapeamento da produção científica da área de administração no que se refere aos estudos sobre *accountability*, a partir dos artigos apresentados nas divisões acadêmicas Administração Pública, Gestão Pública e Governança, e Políticas Públicas dos Encontros da ANPAD, no período de 1997 a 2016. O estudo se mostra relevante em função da existência de muita discussão acerca do conceito de *accountability*. A pesquisa se caracteriza como um estudo bibliométrico, realizado por meio de análise de acoplamento bibliográfico e de análise de cocitação. Foram verificadas as referências de 65 artigos. Como resultados, o estudo evidenciou que os artigos que discutem *accountability* tendem a fazer referência a um mesmo grupo de obras, já que a rede formada pelos artigos bibliograficamente acoplados tem densidade considerada alta, de 39,5% e diâmetro 3. Já em relação às obras co-citadas, a rede formada apresenta densidade bem menor, de 15,1%, e diâmetro 4. O mapeamento permitiu detectar que a falta de consenso para se chegar a uma definição mais precisa do termo constitui uma das principais dificuldades nos estudos dessa temática e reflete a divergência de ideias entre os acadêmicos sobre o conceito *accountability*, apesar de, nas últimas duas décadas, a questão ter sido frequentemente debatida em vários eventos científicos.

Keywords:

Accountability; EnANPAD; Network analysis; Public policies; Public management.

Abstract *The objective of the paper is to carry out a mapping of the scientific production of the administration area with regard to the studies on accountability, from the articles presented in the academic divisions Public Administration, Public Management and Governance, and Public Policies of the ANPAD Meetings, in the period from 1997 to 2016. The study is relevant due to the existence of much discussion about the concept of accountability. The research is characterized as a bibliometric study, carried out through analysis of bibliographic coupling and analysis of co-citation. The references of 65 articles were verified. As results, the study showed that articles that discuss accountability tend to refer to the same group of works, since the network formed by bibliographically coupled articles has a high density of 39.5% and diameter 3. Regarding the co-cited works, the network formed has a much lower density of 15.1% and diameter 4. The mapping made it possible to detect that the lack of consensus to arrive at a more precise definition of the term constitutes one of the main difficulties in the studies of this subject and reflects the divergence of ideas among the academics about the concept of accountability, although in the last two decades, the issue has often been debated in several scientific events.*

1. INTRODUÇÃO

O conceito de *accountability* é central no contexto da administração pública (KOPPELL, 2005). Dentre as inúmeras definições, Tomio e Robl Filho (2013) concebem *accountability* no sentido mais amplo do termo.

(...) a necessidade de uma pessoa ou instituição que recebeu uma atribuição ou delegação de poder prestar informações e justificações sobre suas ações e seus resultados, podendo ser sancionada política, pública, institucional e/ou juridicamente por suas atividades (TOMIO; ROBL FILHO, 2013, p.30).

Em função dos processos de privatização e globalização, muitos têm percebido uma crescente crise de *accountability* pública (DOWDLE, 2017). A *accountability*, de acordo com Bliacheriene et al. (2016) é importante para o debate acerca de questões como a construção da democracia, garantia de direitos, combate à corrupção, abuso do poder e da ineficiência na administração pública. Gustavsson, Karlsson e Persson (2009) consideram que a *accountability* é necessária para que a democracia representativa funcione.

Accountability é um fenômeno crucial no setor público, especialmente em organizações de governo locais, para ganhar o apoio e confiança de seus

stakeholders (RANDA; TANGKE, 2015). Para Khan, Faguet e Ambel (2017) o conceito de federalismo e de descentralização sustenta que o poder e os recursos para os governos subnacionais devem aumentar a *accountability* dos funcionários públicos para os cidadãos, tendo em conta determinadas condições mínimas.

Forrer et al. (2010) sustentam que a *accountability* foi há muito tempo reconhecida como a “pedra angular” da gestão pública bem sucedida. Esses autores ressaltam que historicamente, a *accountability* pública tem sido relacionada, em grande parte, à questão do controle (FORRER et al., 2010).

Graciliano et al. (2010) enfatizam que *accountability* é um dos temas que ganhou importância nas discussões acerca da qualidade das organizações nas sociedades democráticas modernas. De acordo com Miguel (2005) a *accountability* é um elemento fundamental das democracias eleitorais, que poderia garantir a relação entre representantes e representados, o que de fato não ocorre. No Brasil, de acordo com Pereira, Silva e Araújo (2014) os mecanismos de *accountability* não são eficientes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Accountability é uma palavra do idioma inglês cujo significado abrange conceitos como transparência, responsabilização, prestação de contas, responsabilidade, dentre outros. Hall, Frink e Buckley (2017) sustentam que a *accountability* ainda está em um estágio incipiente como um domínio de pesquisa acadêmico, havendo ainda muito desconhecimento acerca desse importante e complicado construto.

De acordo com Koppell (2005), não há consenso sobre o significado de *accountability*, não existindo dúvidas, no entanto, em relação à sua importância e conveniência. Tal conceito adquiriu e agregou diversos significados ao longo da história, tornando-se um conceito multifacetado e multidimensional, com vários significados e aplicabilidades (XAVIER, 2011; MORAIS; TEIXEIRA, 2016). Para Bovens (2010) grande parte da literatura que aborda *accountability* é desconectada, com vários autores produzindo sua própria definição.

O’Donnell (1991; 1998) identificou em estudos sobre democracia, duas formas de *accountability*, vertical e horizontal. Para esse autor, ações

de fiscalização ou controle sobre quem ocupa posições em instituições do Estado, é considerada *accountability* vertical, sendo típico dessa forma de *accountability* o processo eleitoral, mas estão incluídas também consultas públicas, ações e reivindicações da sociedade civil. Já as instituições de controle e fiscalização, como agências reguladoras e tribunal de contas, que podem fiscalizar outros órgãos governamentais, caracterizam a *accountability* horizontal (O’DONNELL, 1991; 1998).

Sinclair (1995), em pesquisa com 15 executivos de organizações australianas do setor público, identificou cinco formas de *accountability*: política, pública, gerencial, profissional e pessoal. A *accountability* política é entendida como uma ferramenta legitimadora contra a interferência na administração do órgão, além de ser um freio ao órgão público que se desvia para os assuntos políticos. A *accountability* pública é vista como mais informal e direta, e envolve responder desde relatórios de jornais a audiências acerca de preocupações públicas sobre a administração. A *accountability* gerencial é entendida como focada no monitoramento de insumos e produtos. A profissional invoca o senso de obrigação que se tem como parte de um grupo profissional, que ocupa uma posição privilegiada na sociedade. A *accountability* pessoal relaciona-se à consciência pessoal em valores morais e éticos (SINCLAIR, 1995).

Schmitter (2007) pesquisou a *accountability* política em “democracias reais” e propôs a adição de uma terceira forma, além das duas propostas por O’Donnell (1991) de *accountability* vertical e horizontal. Esse autor sugere a inclusão da *accountability* oblíqua. Essa forma de *accountability* seria exercida por várias organizações da sociedade civil que não nomeiam candidatos nem disputam eleições, mas tem capacidade de mobilizar cidadãos para defender seus interesses no processo político (SCHMITTER, 2007).

Denhardt e Denhardt (2007) relacionam três modelos de administração pública e relaciona, a cada um, uma forma de *accountability*. Os modelos são: Velha Administração Pública (*Old Public Administration*); Nova Administração Pública (*New Public Administration*); e Novo Serviço Público (*New Public Service*). *Accountability* típica da Velha Administração Pública tem visão formal, hierárquica e legal de *accountability*, sendo ainda o modelo mais familiar de *accountability*. Na Nova Administração Pública o foco da *accountability* é o cumprimento

de normas de desempenho. Já no Novo Serviço Público, as medidas de eficiência continuam sendo importantes, mas a elas são adicionadas outras expectativas em relação aos agentes públicos, como atuar de forma responsável, ética e baseada nos princípios democráticos e de interesse público.

Waldron (2014) propõe três concepções de *accountability*: *accountability* forense (*Forensic-accountability*), que refere-se à sujeição de uma pessoa a ter suas ações avaliadas por um tribunal com base em alguma norma estabelecida; *accountability* de agente (*Agent-accountability*), que refere-se aos direitos devidos por um agente ao seu principal, no qual o principal pode exigir do agente a prestação de contas do trabalho; e *accountability* de consumidor (*Consumer-accountability*), que relaciona-se ao fato de ser desejável que uma organização considere as opiniões dos outros nas suas decisões.

Schommer et al. (2015) realizaram pesquisa das características da co-produção da informação e do controle sociopolítico sobre a gestão pública, na relação entre observatórios sociais e órgãos de controle estatais. Quatro estágios de *accountability* foram identificados: clássica; transversal; sistêmica; e difusa. Na *accountability* clássica não há coprodução de informação e controle, sendo o Estado o responsável quase exclusivo pela produção. Na *accountability* transversal há coprodução eventual e periférica de informação e controle, ficando o aparelho de Estado responsável pelas informações e controle, eventualmente compartilhando suas atividades. Na *accountability* sistêmica há coprodução de informação e controle de diversas maneiras, e o compromisso mútuo entre cidadãos e servidores públicos, ficando o aparelho do Estado mais flexível. Na *accountability* difusa, informação e controle são produzidos por vários agentes. A coprodução é exercida com baixo nível de institucionalização e não envolve necessariamente o aparelho de Estado (SCHOMMER et al., 2015).

Sinclair (1995) chama a atenção para a importância da linguagem como agente ideológico na compreensão do conceito de *accountability*, ressaltando que na pesquisa teórica *accountability* tem um significado específico para cada disciplina, oferecendo como exemplo os auditores, que discutem *accountability* como se fosse uma questão financeira; os cientistas políticos, que consideram um imperativo político; os juristas, como um arranjo constitucional; enquanto os filósofos tratam tal conceito como um subconjunto

da ética. Nesse sentido, Joshi (2017) alerta que as falhas de *accountability* pública não são acidentais, mas ocorrem devido a estruturas de poder e dinâmicas políticas que são sistematicamente anti-*accountability*.

Em trabalho pioneiro no Brasil, Campos (1990) sustenta que aos brasileiros não falta exatamente o termo, mas sim o conceito de *accountability*. Miguel (2005) considera que é quase um lugar-comum observar a falta de tradução de *accountability* para o idioma português, para então conjecturar sobre um suposto déficit democrático em relação às realidades anglo-saxãs. Pereira, Silva e Araújo (2014) ressaltam que conceitos como esse normalmente estão em constante evolução, sofrendo alterações à medida que muda o cenário.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo bibliométrico, realizada por meio de análise de citação, com uso de indicadores de acoplamento bibliográfico e de co-citação. Tem por objetivo realizar um mapeamento da produção da área de administração no que se refere aos estudos sobre *accountability*, a partir dos artigos aprovados nas divisões acadêmicas Administração Pública, Gestão Pública e Governança, e Políticas Públicas dos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) no período de 1997 a 2016.

De acordo com Egghe e Rousseau (2002), uma unidade de acoplamento entre dois documentos é um item de referência usado por esses dois documentos, ou seja, se tal item existe, os dois documentos são ditos bibliograficamente acoplados e a intensidade de acoplamento bibliográfico relaciona-se ao número de referências que eles têm em comum. Todos os artigos que citam uma mesma obra são bibliograficamente acoplados. Ressalta-se que este indicador não muda com o tempo.

Já a co-citação ocorre quando dois documentos aparecem na lista de referência de um terceiro documento. A força desse indicador está diretamente relacionada ao número de obras que citam os dois. Neste caso o indicador aumenta com o tempo, pois a tendência é que uma determinada obra seja mais citada com o passar do tempo, o que aumenta a chance de ser co-citada com outra obra (FIGURA 1).

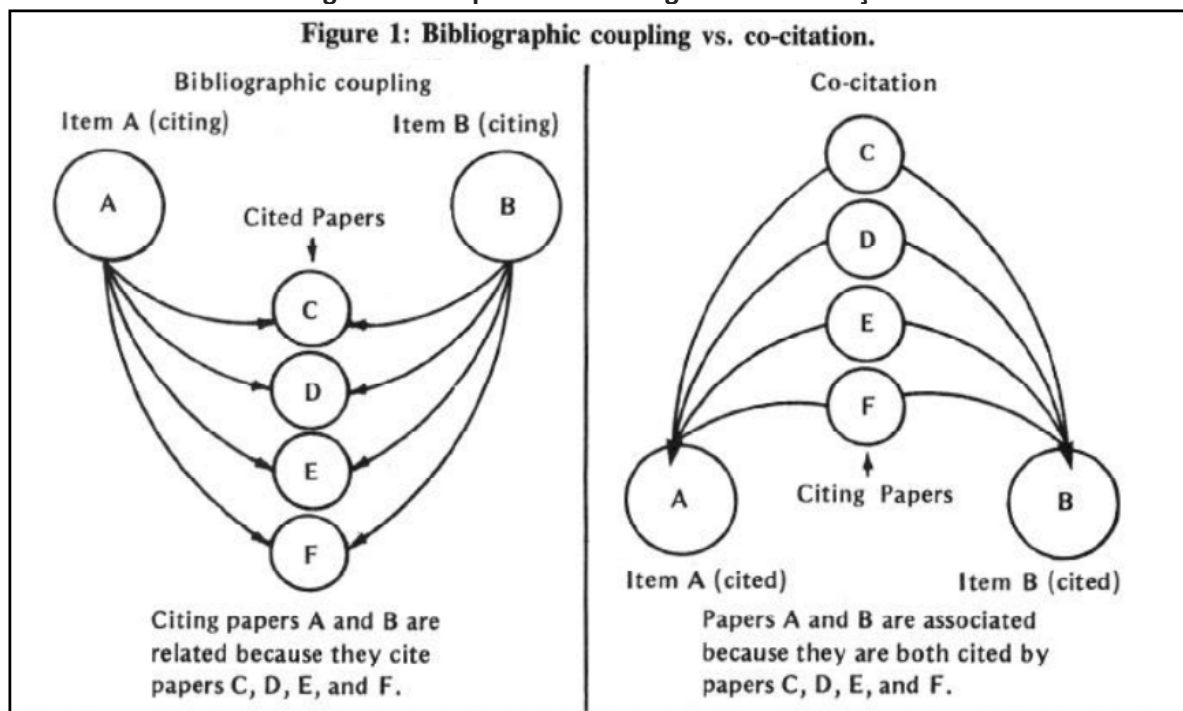
O presente estudo, assim como grande parte dos trabalhos bibliométricos, parte da premissa de que os autores citam outros trabalhos que são relevantes para seus próprios argumentos (RAMOS-RODRIGUEZ; RUIZ-NAVARRO, 2004; FERREIRA, 2011). Nesse sentido, Amorin (1981) sustenta que:

O julgamento dessas relações entre os documentos independe dos termos e das línguas empregados, portanto a análise de citações não tem base subjetiva. Os conjuntos resultantes sofrem mudanças que refletem os usos e interesses correntes da comunidade erudita. Evidentemente, se dois autores citam um terceiro, simultaneamente, não estão necessariamente citando as mesmas coisas e pelas mesmas razões; no entanto, os estudos feitos têm demonstrado que a análise de citações permite chegar a conclusões fidedignas sobre relações entre assuntos,

influências de um assunto sobre outro e criação de novas áreas de pesquisa (AMORIN, 1981, P. 60-61).

Os estudos métricos nas áreas da ciência surgiram em função da necessidade de se avaliar as atividades inerentes à produção e comunicação científica (NORONHA; MARICATO, 2008). Pesquisas bibliométricas com foco em citações são importantes para a compreensão dos processos de comunicação científica em diferentes áreas do conhecimento, pois permitem mapear um campo emergente ou já consolidado, identificar os principais atores e as relações que se estabelecem entre eles e identificar características do comportamento no uso da informação (VANZ, CAREGNATO, 2003).

Figura 1 – Acoplamento bibliográfico x Co-citação



Fonte: Garfield (2001).

Foram selecionados, preliminarmente, 81 artigos que contêm no título ou no resumo a palavra *accountability*. Desses, foram descartados 16 artigos, que apesar de conterem *accountability* no resumo (nenhum deles tem o termo no título), não discutem minimamente o conceito ao longo do artigo.

As referências bibliográficas dos 65 restantes foram copiadas e coladas em uma planilha Excel, contendo 1790 linhas, ou seja, 1790 referências, o que dá uma média em torno de 27,5 referências

por artigo. Como uma mesma obra (artigo, capítulo, livro, leis, página da internet etc.) normalmente é referenciada de formas diferentes, foi necessário um processo de “padronização”, para que uma mesma obra fosse referenciada da mesma maneira nos artigos que a contém como referência. Isso foi feito também para livros referenciados de diferentes edições e de diferentes idiomas. Normalmente é feita a referência no idioma original ou na tradução em português. Após isso, foram descartadas 1165 obras

referenciadas apenas em um artigo, o que gerou, no final, uma relação de 625 referências de um total de 207 obras. Essas referências constam de 62 artigos do EnANPAD, já que 3 artigos continham apenas referências únicas, que não constavam em nenhum outro artigo da seleção.

Após essa seleção, foi elaborada uma matriz onde cada linha relacionava-se a um artigo de EnANPAD e cada coluna a uma obra citada. Ou seja, uma matriz de 65 linhas por 207 colunas. Tal matriz foi copiada para o *software* UCINET para que fossem tratados por meio de técnicas de Análise de Redes Sociais (ARS).

4. TRATAMENTO DOS DADOS

Primeiramente foram identificadas as obras mais citadas. Nessa relação, evidenciam-se duas obras que se destacam como as mais citadas. O'Donnell (1998) e Campos (1990) foram citados por, respectivamente, 26 e 25 artigos, ou seja, 40% desses trabalhos citaram O'Donnell (1998) e um percentual pouco menor citou Campos (1990) (QUADRO 1).

Quadro 1 - As 20 obras mais citadas

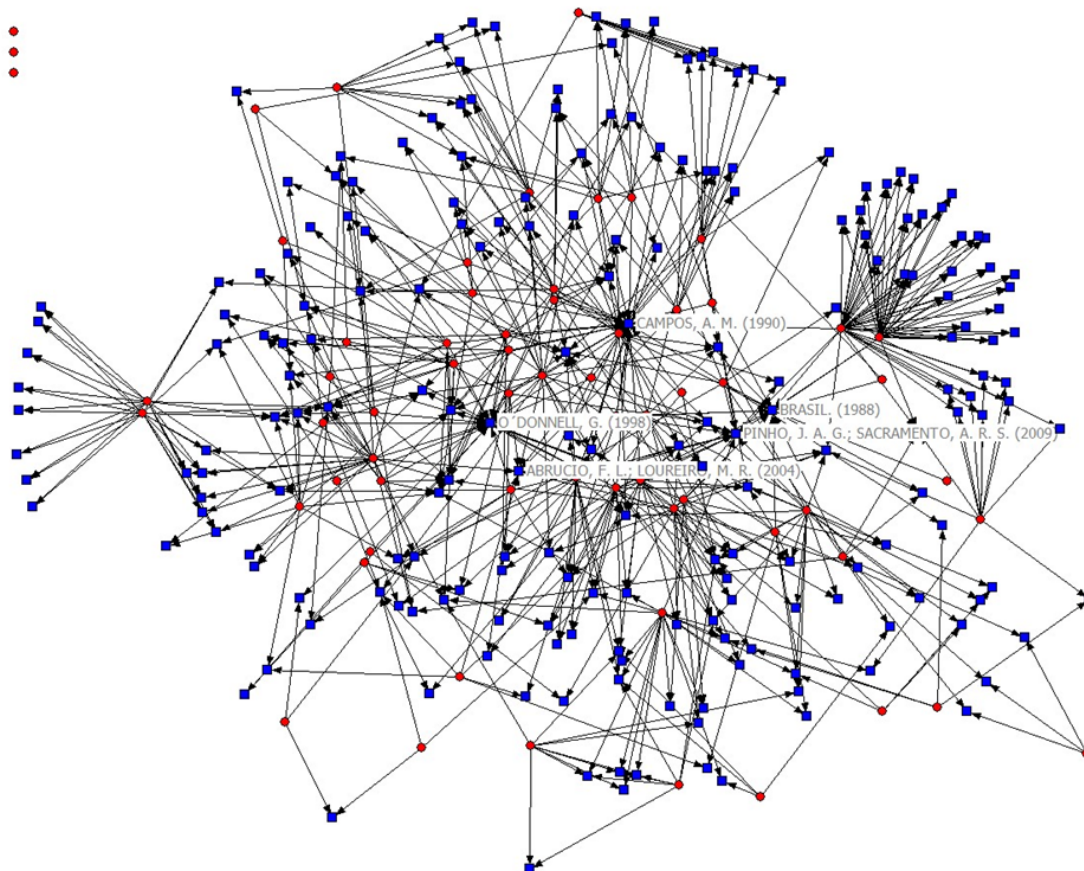
Citações	Obra	%	Tipo
26	O'DONNELL, G. (1998)	40,0	Artigo
25	CAMPOS, A. M. (1990)	38,5	Artigo
14	BRASIL. (1988)	21,5	Lei
13	PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. (2009)	20,0	Artigo
11	ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. (2004)	16,9	Capítulo de livro
9	SCHEDLER, A. (1999)	13,8	Capítulo de livro
8	BEHN, R. D. (1998)	12,3	Artigo
8	CLAD. (2000)	12,3	Livro
7	O'DONNELL, G. (1991)	10,8	Artigo
7	PRZEWORSKI, A. (1998)	10,8	Capítulo de livro
7	YIN, R. K. (1994)	10,8	Livro
6	BARDIN, L. (2004)	9,2	Livro
6	CENEVIVA, R. (2006)	9,2	Artigo em anais
6	CUNILL GRAU, N. (2000)	9,2	Capítulo de livro
6	MEIRELLES, H. L. (1993)	9,2	Livro
6	PRZEWORSKI, A., STOKES, S. C., MANIN, B. (Orgs.). (1999)	9,2	Livro
5	BRASIL. (2000)	7,7	Lei
5	BRASIL. (2011)	7,7	Lei
5	ROCHA, A. C. (2008)	7,7	Artigo em anais
5	SCHWARTZMAN, S. (1988)	7,7	Livro

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Posteriormente foi elaborado um sociograma a partir da matriz, contendo os artigos citantes e as obras citadas. Os artigos citantes são representados

por quadrados azuis e as obras citadas por círculos vermelhos. Estão identificadas as autorias das 5 obras mais citadas (FIGURA 2).

Figura 2 – Sociograma de artigos citantes e obras citadas



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

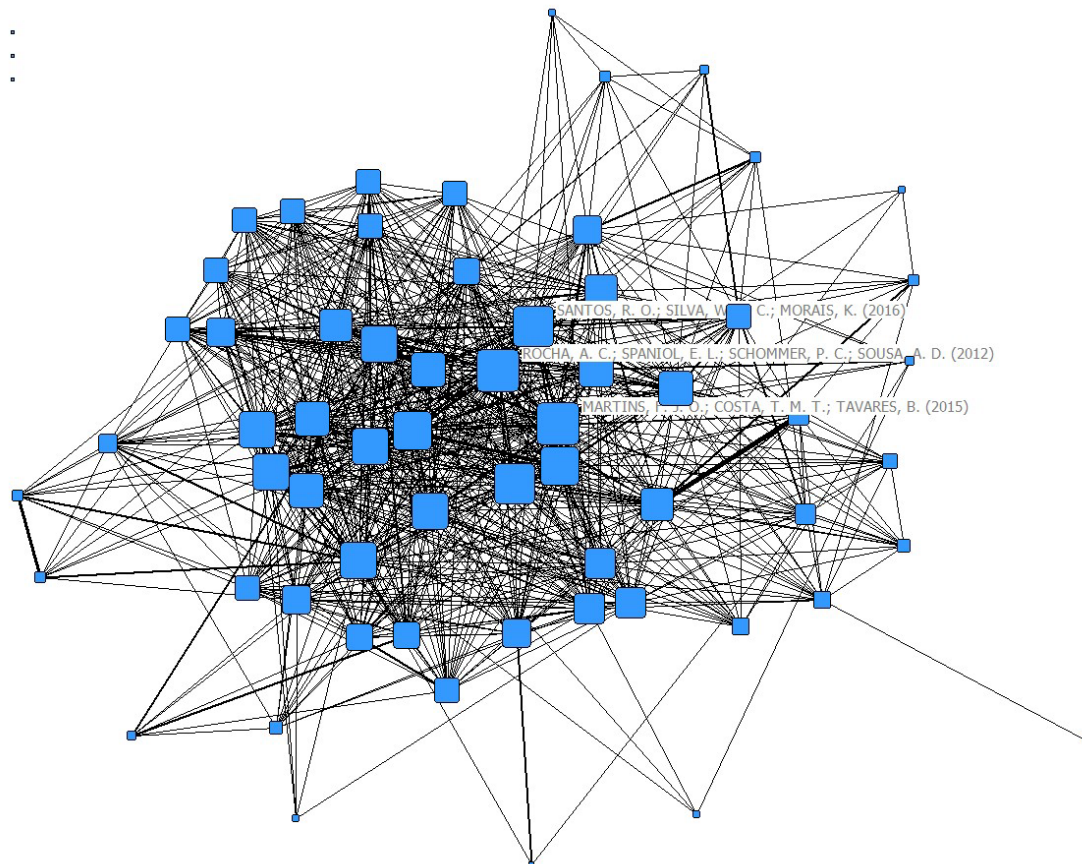
Nesse sociograma são facilmente identificados casos em que algumas obras são citadas pelos mesmos dois artigos. Normalmente esses artigos têm, no mínimo, um autor em comum, o que ajuda a explicar a alta incidência de citações em comum. Chama a atenção o fato de que, com exceção dos três artigos que não cita nenhuma obra também citada por outro artigo da rede, a rede tem apenas um componente. Certamente o fato de ser uma rede formada por autores de um determinado assunto em um determinado congresso contribui com essa característica.

Após a geração dessas matrizes a sociogramas na forma *2 mode*, ou seja, que identificam dois tipos de

atores, no caso, artigos do EnANPAD e obras citadas, foram realizadas conversões para a forma *1 mode*. Essas conversões foram realizadas com o objetivo de se realizarem dois métodos de análise relacional de citação: o de co-citação e o de acoplamento bibliográfico.

A primeira matriz *1 mode* foi feita com base na ideia de acoplamento bibliográfico, ou seja, é uma matriz em que os atores são os artigos selecionados e suas interseções contém o número de obras citadas conjuntamente. A partir dessa matriz foi gerado um sociograma (FIGURA 3).

Figura 3 – Sociograma de artigos citantes bibliograficamente acoplados



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A rede formada pelos artigos bibliograficamente acoplados tem densidade de 39,5%, o que significa o percentual de conexões efetivas em relação ao total de conexões possíveis. A rede tem diâmetro 3, ou seja, pode-se ir de um ator para qualquer outro em apenas três passos. Dito de outra forma, entre quaisquer dois atores existem apenas outros dois atores que os separam.

Ao se analisarem as medidas de centralidade, nota-se que a ordem dos artigos com maior centralidade de grau (*degree centrality*) e centralidade de proximidade (*closeness centrality*) são bastante similares. Já a centralidade de intermediação (*betweenness centrality*) apresenta diferenças significativas (QUADRO 2).

Quadro 2 – Medidas de centralidade dos 20 artigos citantes com maior centralidade de grau

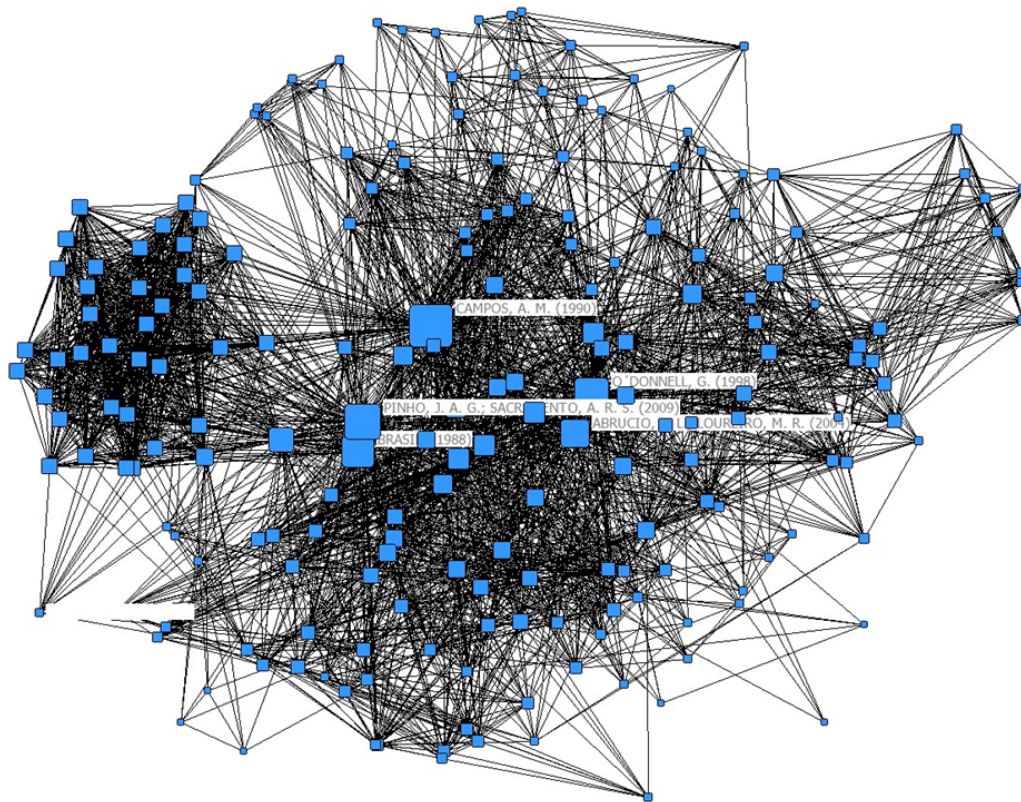
Artigo	Degree	FreeClo	Betweness
MARTINS, F. J. O.; COSTA, T. M. T.; TAVARES, B. (2015)	50,000	0,753	78,469
ROCHA, A. C. et al. (2012)	49,000	0,736	64,378
SANTOS, R. O.; SILVA, W. A. C.; MORAIS, K. (2016)	48,000	0,727	67,906
SACRAMENTO, A. R. S.; PINHO, J. A. G. (2015)	47,000	0,727	36,622
ROCHA, A. C. (2010)	46,000	0,711	39,660
ROCHA, A. C. (2009)	45,000	0,711	29,536
CENEVIVA, R. (2005)	43,000	0,688	31,698
SANO, H.; ABRUCIO, F. L. (2003)	43,000	0,688	38,177
PRADO, O.; PÓ, M. V. (2007)	43,000	0,696	117,680
SACRAMENTO, A. R. S. (2004)	42,000	0,681	17,572
TEIXEIRA, L. R.; CORDEIRO, R. M. (2013)	42,000	0,681	30,741
AMARAL, M. S.; PINHO, J. A. G. (2008)	42,000	0,681	37,631
FRANZESE, C.; PEDROTI, P. M. (2004)	41,000	0,674	12,687
MENEZES, F. A. R. (2015)	41,000	0,681	29,196
ANDRADE, F. P. (2013)	40,000	0,667	10,244
SACRAMENTO, A. R. S.; PINHO, J. A. G. (2012)	39,000	0,660	9,744
REZENDE, M. M.; SILVA, W. A. C.; SANTOS, A. O. (2015)	39,000	0,667	49,818
VIEIRA, L. H. S.; PEREIRA, M. C. G. (2013)	38,000	0,653	21,054
DALTO, C. C.; NOSSA, V.; MARTINEZ, A. L. (2012)	38,000	0,660	24,954
AKUTSU, L.; GUIMARÃES, T. A. (2013)	37,000	0,653	21,501

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O sociograma gerado a partir da matriz de co-citação também foi elaborado. O tamanho do quadrado que representa a obra varia de acordo

com a centralidade de grau da obra na rede. São identificadas as cinco obras mais citadas pelos artigos (FIGURA 4).

Figura 4 – Sociograma de obras co-citadas



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A rede formada pelos artigos co-citados apresenta densidade de 15,1%, e tem diâmetro 4.

Ao se analisarem as medidas de centralidade, verifica-se que a ordem das obras com maior centralidade de grau é bastante similar à ordem das obras com maior centralidade de proximidade. Já a centralidade de intermediação apresenta diferenças significativas (QUADRO 3).

Chama a atenção o fato da obra mais citada (O'DONNELL, 1998) não estar relacionada nem em primeiro nem em segundo lugar. Possivelmente esta obra foi citada em artigos cujas referências bibliográficas eram em menor número do que outras que citaram, por exemplo, Pinho e Sacramento (2009).

Quadro 3 – Medidas de centralidade das 20 obras com maior centralidade de grau

Obra	Degree	FreeClo	Between
CAMPOS, A. M. (1990)	154,000	0,795	4892,073
PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. (2009)	127,000	0,720	2312,204
O´DONNELL, G. (1998)	115,000	0,691	1631,056
BRASIL. (1988)	113,000	0,669	1673,298
ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. (2004)	94,000	0,646	749,525
BARDIN, L. (2004)	83,000	0,606	648,926
BEHN, R. D. (1998)	68,000	0,597	366,213
MEIRELLES, H. L. (1993)	67,000	0,582	193,536
SCHEDLER, A. (1999)	64,000	0,577	403,727
CENEVIVA, R. (2006)	63,000	0,589	174,652
CLAD (2000)	60,000	0,582	597,969
ROCHA, A. C. (2008)	58,000	0,580	239,323
KOPPELL, J. G. S. (2005)	56,000	0,564	70,553
YIN, R. K. (1994)	55,000	0,561	255,154
OLIVIERI, C. (2006)	53,000	0,560	111,102
PRZEWORSKI, A. (1998)	52,000	0,566	343,874
BRASIL. (2011)	52,000	0,558	196,216
CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. (2006)	52,000	0,571	69,020
BRESSER PEREIRA, L. C. (1998)	51,000	0,569	357,579
PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. (Orgs.). (1999)	51,000	0,569	210,524

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Destacam-se, também, as duplas de obras mais co-citadas nos artigos. As duas obras mais co-citadas são, como já seria o esperado, as duas mais citadas.

Isso significa que 21,5% dos artigos citam as duas obras. São apresentadas as obras co-citadas com alguma outra em, pelo menos, 5 artigos (QUADRO 4).

Quadro 4 - Medidas de centralidade das 19 duplas de obras com maior índice de co-citação

Obras (Duplas)	Co-citações
CAMPOS (1990) - O´DONNELL (1998)	14
CAMPOS (1990) - PINHO; SACRAMENTO (2009)	9
CAMPOS (1990) - SCHEDLER (1999)	8
O´DONNELL (1998) - ABRUCIO; LOUREIRO (2004)	8
O´DONNELL (1998) - BEHN (1998)	8
CAMPOS (1990) - ABRUCIO; LOUREIRO (2004)	7
O´DONNELL (1998) - PINHO; SACRAMENTO (2009)	7
CAMPOS (1990) - BEHN (1998)	6
CAMPOS (1990) - BRASIL (1988)	6
CAMPOS (1990) - O´DONNELL (1991)	6
O´DONNELL (1998) - SCHEDLER (1999)	6
CLAD (2000) - CUNILL GRAU (2000)	6
O´DONNELL (1998) - BRASIL (1988)	5
O´DONNELL (1998) - CLAD (2000)	5
O´DONNELL (1998) - PRZEWORSKI; STOKES; MANIN (1999)	5
PINHO; SACRAMENTO (2009) - ABRUCIO; LOUREIRO (2004)	5
PINHO; SACRAMENTO (2009) - SCHEDLER (1999)	5
ABRUCIO; LOUREIRO (2004) - CENEVIVA (2006)	5
CLAD (2000) - BEHN (1998)	5

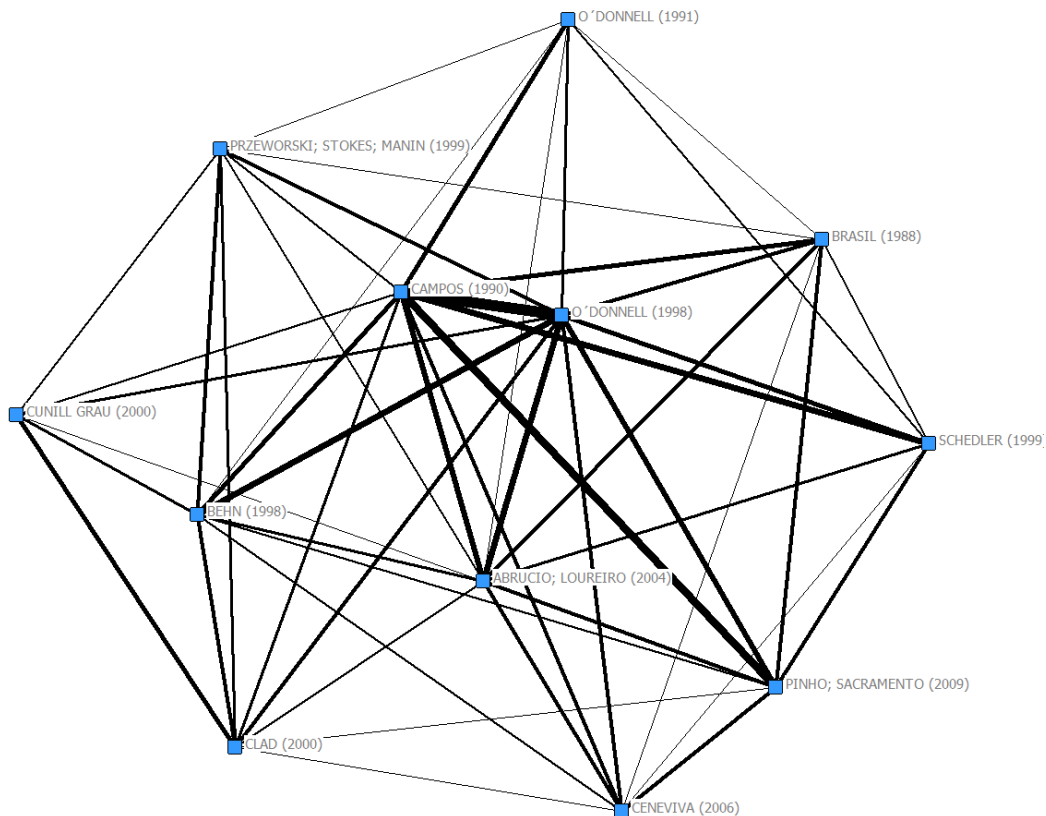
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Vale ressaltar que a obra de Cunill Grau (2000) se refere a um capítulo do livro de CLAD (2000). Como Cunill Grau (2000) teve 6 citações no total, deduz-se que todos os artigos que citaram Cunill Grau (2000) citaram CLAD (2000). Outro ponto importante é que, deste grupo de 12 obras apenas, apenas Abrucio e

Loureiro (2004), Campos (1990) e O'Donnell (1998) foram co-citadas com todas as outras 11 obras desse grupo.

Foi realizado um sociograma com essas obras co-citadas. Nesse sociograma, a largura dos traços representa a quantidade de co-citações (FIGURA 5).

Figura 5 – Sociograma de obras co-citadas com alguma outra em, pelo menos, 5 artigos



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na gestão e políticas públicas, em termos epistemológicos, é importante destacar que, dentre os estudos realizados nas últimas décadas nos países ocidentais, de acordo com Filgueiras (2011), têm ocorrido uma crescente demanda por *accountability*, que vem sendo considerada por diferentes tradições de pensamento, de fundamental importância à democratização do Estado.

Dentre esses autores, O'Donnell (1991; 1998) ressalta a importância da democracia delegativa. Mormente no campo eleitoral, Abrucio e Loureiro (2004) centram suas análises no setor público, mais especificamente nas finanças públicas. Koppell (2005) considera a transparência como valor básico e literal da *accountability*, ou seja, a ideia de que um burocrata e a organização possuem como dever moral explicar claramente as ações que são tomadas.

Regra geral, o pressuposto central é que o sustenta que um bom governo não surge espontaneamente a partir dos bons corações de burocratas e políticos, mas sim, que decorre de um processo difícil de design institucional, sendo a *accountability* o principal elemento garantidor de um bom governo.

Ressalte-se também que, decorrentes das dificuldades de se estabelecer uma definição mais precisa, surgiram inúmeras categorizações que foram desenvolvidas exaustivamente pelos pesquisadores da área, que, comumente empregam procedimentos analíticos, tais como: dividir/desmembrar o conceito e/ou as práticas de *accountability*, para posteriormente, então, classificá-las e estudá-las.

Nessa perspectiva, Sinclair (1995) propôs cinco formas de *accountability*: política, pública, gerencial, profissional e pessoal; O'Donnell (1991), as formas

vertical e horizontal; Schmitter (2007) pesquisou a *accountability* política em “democracias reais” e propôs a adição de uma terceira forma além da vertical e horizontal ao incluir a *accountability* oblíqua; Schommer et al. (2015) identifica quatro estágios de *accountability*: clássico; transversal; sistêmico; e difuso. Por sua vez, Joshi (2017) denuncia as estruturas de poder e dinâmicas políticas como sistematicamente anti-*accountability*.

Em consonância com essa característica de amplitude e abrangência, antevendo esse direcionamento Koppell (2005) advertiu não existir consenso sobre o significado de *accountability*. Todavia, não existem dúvidas em relação à sua importância e conveniência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou algumas características importantes da produção sobre *accountability* apresentada desde 1997 nos EnANPAD. A rede formada pelos artigos bibliograficamente acoplados tem densidade considerada alta, de 39,5%, em que pese o fato de ser um universo que aborda um determinado tema em um determinado evento. No entanto, vale lembrar, a pesquisa foi feita em um espaço de tempo de 20 anos, o que pode ajudar a se ter uma diversidade maior de obras citadas. Dito de outra forma, os artigos que discutem *accountability* tem tendência a fazer, de forma geral, referência a um restrito grupo de obras.

Em relação às obras co-citadas, a rede formada apresenta densidade bem menor, de 15,1%. Como se tratam de 207 obras, esse valor de densidade não parece ser muito pequeno. Quando se selecionam apenas as obras citadas por mais de dois artigos, a densidade da rede cresce bastante, apresentando 35,5% e diâmetro de 3.

Apenas 1 artigo é citado por 40% da produção (26 artigos), enquanto outro é citado por 38,5% (25 artigos). Como foram 14 co-citações das duas obras (21,5%), conclui-se que 37 artigos, ou seja, 56,9% da produção citaram algum desses dois artigos.

Enfim, o mapeamento realizado na presente pesquisa, por um lado, permitiu detectar a amplitude e a abrangência das categorias propostas pelos teóricos, por outro, a falta de consenso para se chegar a uma definição mais precisa do termo constitui uma das principais dificuldades nos

estudos dessa temática. Consequentemente, as inúmeras categorizações encontradas na literatura constituem reflexos das divergências de ideias entre os acadêmicos sobre o conceito *accountability*, apesar de, nas últimas duas décadas, a questão ter sido frequentemente debatida em vários eventos científicos.

Sugere-se, para futuros estudos, pesquisa qualitativa que possa evidenciar com mais propriedade, as abordagens utilizadas nesses trabalhos, bem como ampliar as discussões com o intuito de se envidar esforços para talvez se alcançar uma definição mais precisa do termo *accountability*.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. Finanças públicas, democracia e *accountability*, In: Biderman, C.; Arvate, P; (orgs.). **Economia do setor público**. Rio de Janeiro: Campus. 2004.

AKUTSU, L.; GUIMARÃES, T. A. Governança judicial: proposta de modelo teórico-metodológico. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

AMARAL, M. S.; PINHO, J. A. G. de. Sociedade da Informação e Democracia: Procurando a *Accountability* em Portais Municipais da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

AMORIM, M. J. T. de. Documentação de trabalho. **Educação em Revista**, Curitiba, n. 1, p. 55-73, 1981.

ANDRADE, F. P. de. Entre o Incentivo e a Punição. Uma Análise do Processo de Controle do Programa Bolsa Família. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEHN, R. D. O novo paradigma da gestão pública e a busca da *accountability* democrática. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 49, n. 4, p. 5-45, 1998.

BLIACHERIENE, Ana Carla et al. Descentralização do Fundeb e federalismo da política educacional: uma análise à luz do conceito de *accountability*. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 10, n. 20, p. 33-48, 2016.

BOVENS, M. Two Concepts of Accountability: Accountability as a Virtue and as a Mechanism. *West European Politics*, v. 33, n. 5, p. 946-967, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988.

BRASIL. Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000. **Diário Oficial da União**, 5 de maio de 2000. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, 18 de novembro de 2011 - Edição extra, Brasília. 2011.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a Cidadania: A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional**. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

CAMPOS, A. M. *Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública - RAP**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990.

CENEVIVA, R.. Avaliação e *Accountability*: a Avaliação de Políticas Públicas e a Introdução de Mecanismos de Controle Social na Gestão da Política Educacional e do Programa de DST / AIDS no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005, Brasília. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2005.

CENEVIVA, R. *Accountability*: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da literatura recente. In: EnAPG 2006 - Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD. **Anais...** São Paulo, ANPAD, 2006.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. Democracia, avaliação e *accountability*: a avaliação de políticas

públicas como instrumento de controle democrático. In: Encontro de Administração Pública da ANPAD - EnAPG 2006, **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2006.

CLAD. **La Responsabilización en la Nueva Gestión Pública Latinoamericana**. Buenos Aires: CLAD BID, 2000.

CUNILL GRAU, N. Responsabilización por controle social, In: CLAD. **La Responsabilización en la Nueva Gestión Pública Latinoamericana**, BID. Eudeba. Buenos Aires, 2000.

DALTO, C. C.; NOSSA, V.; MARTINEZ, A. L. Recursos de Convênio entre Fundações de Apoio e Universidades Federais no Brasil: um estudo dos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

DENHARDT, J. V.; DENHARDT, R. B. **The new public service: serving, not steering**. Expanded edition. Nova York: M. E. Sharp, 2007.

DOWDLE, M. W. Public accountability: Conceptual, historical and epistemic mappings. In: DRAHOS, P. **Regulatory Theory: Foundations and applications**, p. 197-215, 2017.

EGGHE, Leo; ROUSSEAU, Ronald. Co-citation, bibliographic coupling and a characterization of lattice citation networks. **Scientometrics**, v. 55, n. 3, p. 349-361, 2002.

FERREIRA, M. P. A bibliometric study on Ghoshal's managing across borders. **Multinational Business Review**, v. 19, n. 4, p. 357-375, 2011.

FORRER, J. et al. Public-private partnerships and the public accountability question. **Public Administration Review**, v. 70, n. 3, p. 475-484, 2010.

FRANZESE, C.; PEDROTI, P. M. Limites e Possibilidades do Orçamento Participativo (para além da retórica). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

GARFIELD, E. **From Bibliographic Coupling to Co-Citation Analysis via Algorithmic Historio-Bibliography: A Citationist's Tribute to Belver C. Griffith**. Conferência ministrada em Drexel University, Philadelphia. 2001. Disponível em: <http://garfield.library.upenn.edu/papers/drexelbelvergriffith92001.pdf>. Acesso em: 24/06/2017.

GRACILIANO, E. A. et al. *Accountability* na administração pública federal: contribuição das auditorias operacionais do TCU. **Pensar Contábil**, v. 12, n. 47, 2010.

GUSTAVSSON, S.; KARLSSON, C.; PERSSON, T. Examining the illusion of accountability. in: GUSTAVSSON, S.; KARLSSON, C.; PERSSON, T. (Eds). **The Illusion of Accountability in the European Union**. London: Routledge, 2009.

HALL, A. T.; FRINK, D. D.; BUCKLEY, M. R. An accountability account: A review and synthesis of the theoretical and empirical research on felt accountability. **Journal of Organizational Behavior**, v. 38, n. 2, p. 204-224, 2017.

JOSHI, A. Legal Empowerment and Social Accountability: Complementary Strategies Toward Rights-based Development in Health?. **World Development**, v. 99, p. 160-172, 2017.

KHAN, Q.; FAGUET, J.-P.; AMBEL, A. Blending top-down federalism with bottom-up engagement to reduce inequality in Ethiopia. **World Development**, v. 96, p. 326-342, 2017.

KOPPELL, J. GS. Pathologies of accountability: ICANN and the challenge of “multiple accountabilities disorder”. **Public Administration Review**, v. 65, n. 1, p. 94-108, 2005.

MARTINS, F. J. de O.; COSTA, T. de M. T. da; TAVARES, B. *Accountability* na Administração Pública Brasileira: Fundamentos Teóricos e Componentes Constitutivos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 39., 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2015.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros. 1993.

MENEZES, F. A. R. de. Concurso Público e Transparência: O Caso de uma Instituição Federal de Ensino. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 39., 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2015.

MIGUEL, L. F. Impasses da *Accountability*: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 25-38, nov. 2005.

MORAIS, L. da S.; TEIXEIRA, M. G. C. Interfaces da *Accountability* na Administração Pública Brasileira: Análise de uma Experiência da Auditoria Geral do Estado do Rio De Janeiro. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, v. 22, n. 1, p. 77-105, 2016.

NORONHA, D. P.; MARICATO, João de M. Estudos métricos da informação: primeiras aproximações. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 13, n. esp., p. 116-1001, 2008.

O'DONNELL, G. Democracia Delegativa? **Novos Estudos CEBRAP**, n. 31, p. 25-40, 1991.

O'DONNELL, G. *Accountability* horizontal e as novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44. p. 27-54. 1998.

OLIVIERI, C. O controle interno como instrumento de *accountability* horizontal: uma análise exploratória da Controladoria Geral da União. In: ENAPG, 2., 2006, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

PEREIRA, M. da G.; SILVA, W. A. C.; ARAÚJO, E. A. T. Análise da Produção Científica sobre *Accountability* na Área de Administração Pública. In: CONGRESSO USP-CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, XIV, **Anais...**São Paulo: USP, 2014.

PINHO, J. A. G. de.; SACRAMENTO, A. R. S. *Accountability*: Já podemos traduzi-la para o Português? **Revista de Administração Pública**. v. 43, n.6, 1343-1368, 2009.

PRADO, O.; PÓ, M. V. Discursos, Prestação de Contas e Responsabilização Democrática nas Reformas da Gestão Pública. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-

GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

PRZEWORSKI, A. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agent x principal, In: BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. (Orgs.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**, Rio de Janeiro: FGV, 1998.

PRZEWORSKI, A., STOKES, S. C., MANIN, B. (Orgs.). **Democracy, accountability and representation**. New York: Cambridge University Press, 1999.

RAMOS-RODRIGUEZ, A.; RUIZ-NAVARRO, J. Changes in the intellectual structure of strategic management research: A bibliometric study of the Strategic Management Journal, 1980- 2000. **Strategic Management Journal**, vol. 25, n. 10, p. 981-1004, 2004.

RANDA, F.; TANGKE, P. Developing Accountability Model of Local Government Organization: From Managerial Accountability to Public Accountability (Naturalistic Study on Local Government Tana Toraja). **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 211, p. 665-672, 2015.

REZENDE, M. M.; SILVA, W. A. C.; SANTOS, A. O. *Accountability* no Arranjo de Governança do Setor Público: estudo em uma universidade federal. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 39., 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2015.

ROCHA, A. C. O processo orçamentário brasileiro como instrumento de *accountability*. In: ENAPG, 3., 2008, Salvador (BA). **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

ROCHA, A. C. *Accountability* na Administração Pública: a Atuação dos Tribunais de Contas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33, 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

ROCHA, A. C. *Accountability*: Três Modelos Teóricos, Três Abordagens. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E

PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

ROCHA, A. C. et al. A coprodução do controle como bem público essencial à *accountability*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

SACRAMENTO; A. R. S. Contribuições da Lei de Responsabilidade Fiscal para o avanço da *Accountability* no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

SACRAMENTO; A. R. S.; PINHO, J. A. G. de. Corrupção e *Accountability* no Brasil: Um Olhar A Partir de Organizações da Sociedade Civil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

SACRAMENTO; A. R. S.; PINHO, J. A. G. de. *Accountability* Social e Lei da Ficha Limpa no Brasil: Um Estudo sobre as Eleições 2014. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 39., 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2015.

SANO, H.; ABRUCIO, F. L. Reforma do Estado, Organizações Sociais e *Accountability*: o caso paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 27, 2003, Atibaia. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.

SANTOS, R. O.; SILVA, W. A. C.; MORAIS, K. de. Estudo da *Accountability* Baseado nas Tipologias de Koppell: uma Análise em um Hospital Universitário. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 40, 2016, Costa do Sauípe. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2016.

SCHEDLER, A. Conceptualizing accountability. In: SCHEDLER A.; DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F. (Ed.). **The Self-restraining state: power and accountability**

in new democracies. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999.

SCHMITTER, P. C. **Political accountability in 'real-existing' democracies: meaning and mechanisms**. Instituto Universitario Europeo. Firenze, Italia, Genáio, 2007.

SCHOMMER, P. C. et al. Accountability and co-production of information and control: social observatories and their relationship with government agencies. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 6, p. 1375-1400, 2015.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**, Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SINCLAIR, A. The chameleon of accountability: Forms and discourses. **Accounting, organizations and Society**, v. 20, n. 2-3, p. 219-237, 1995.

TEIXEIRA, L. R.; CORDEIRO, R. M. *Accountability Horizontal no Brasil: uma Análise do programa de fiscalização dos Sorteios Públicos no Estado da Bahia*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

TOMIO, F. R. de L.; ROBL FILHO, I. N. *Accountability e independência judiciais: uma análise da*

competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 29-46, mar. 2013.

VANZ, S. A. de S.; CAREGNATO, S. E. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 295-307, 2003.

VIEIRA, L. H. S.; PEREIRA, M. C. G. Mecanismos de *Accountability* na Implementação do PRONAF. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 37, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

WALDRON, J. Accountability: Fundamental to Democracy. **New York University Public Law and Legal Theory Working Papers**. Paper 462, 2014.

XAVIER, R. S. *Accountability e as suas múltiplas abordagens: um balanço teórico*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 35., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

YIN, R. K. **Case Study Research: Design and Methods**, Sage Publications, 2nd. edition, Thousand Oaks, California. 1994.